

AS FRONTEIRAS PROBLEMÁTICAS DO BRASIL COM A COLÔMBIA E OS PRONUNCIAMENTOS DOS POLÍTICOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Introdução

Falar de fronteira é remeter a várias possibilidades de significações. Não há apenas um sentido para o termo fronteira, mas múltiplas concepções conceituais podem ser desdobradas por quem pronuncia ou escreve sobre o tema. Na política, não é muito diferente, os atores que em nome dos seus representantes, dão as mais alteradas interpretações, que normalmente, são sobrecarregadas de ranços ideológicos ou por contextualizações superficiais. Porém, não significa que se deve abandonar os discursos políticos sobre as fronteiras, visto que, são pronunciamentos que remetem a questões pontuais, normalmente a problemas ocorridos e que por isso precisam ser analisados a partir dos momentos históricos.

Nesse sentido o texto apresenta dois momentos. No primeiro se discute o cenário internacional das últimas três décadas do século XX. Nele são lançadas as bases do mundo atual. Essas bases interferem na forma política de se pensar as fronteiras. No segundo momento são abordados os discursos políticos sobre Amazônia e os problemas fronteiriços entre Brasil e a Colômbia.

Fronteiras “indefinidas”: reflexões preliminares sobre a Amazônia colombiana na gestação do pós-guerra fria

As três últimas décadas do século XX processam um conjunto de relações econômicas, culturais, de identidades, internacionais, políticas e sociais que culminam

* Mestrando em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR. E-mail: psergio04@gmail.com.br

** Doutor em História – UNB. Professor do PPGSOF/ UFRR. E-mail:americolyra@uol.com.br

em um mundo diferente daquele construído após a Segunda Grande Guerra¹. As pessoas comuns, os homens de Estado e os intelectuais presenciam novidades no campo das descobertas científicas e das novas tecnologias, as quais estão presentes no dia a dia dos indivíduos para auxiliá-los ou prejudicá-los econômica e socialmente. Esse período foi denominado de O Desmoronamento por Eric Hobsbawm (2008) e de Pós-Guerra Fria e globalização pelos historiadores Paulo Visentine e Analúcia Pereira (2008).

O período que compreende o final da década de 1960 e segue até o início dos anos 1990 é de desintegração da ordem estabelecida no Pós-Segunda Guerra, representando o começo da ruptura histórica com essa ordem. Essa ruptura se confirma a partir do desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, e com a derrota do socialismo real² em 1991. De acordo com Visentini e Pereira (2008, p. 177), nesse contexto existia tendência à multipolaridade, com perda relativa de controle de Moscou e Washington sobre os seus aliados. Além do que, tem-se a desaceleração da economia mundial, que indica o desgaste do modelo fordista³, como também o desequilíbrio estratégico desfavorável à Washington com alterações bruscas de regimes e quatorze revoluções em apenas uma década.

Na historiografia tradicional das Relações Internacionais se convencionou denominar de *Détente*, ou maior flexibilidade nas relações entre Estados Unidos e União Soviética, o período compreendido entre 1969 e 1979. A flexibilidade aludida

1 Alude-se aos desdobramentos do Tratado de Yalta. O Tratado é celebrado entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, e as potências ocidentais. Por meio dele, proibi-se o uso de força militar para forçar recuo do lado oposto. O acordo alcança também a Ásia, como evidenciado pela ocupação militar do Japão e pela divisão da Coreia. Em síntese, Yalta é um acordo pós-guerra que garante a dominação soviética sobre um terço da Europa e a hegemonia americana sobre os outros dois terços. O acordo regula as relações internacionais desde 1945, introduzindo o conceito de superpotência que reduz o papel das potências coloniais européias e das potências derrotadas do Eixo. Através desse conceito, cria-se um cenário no qual a Europa, então dividida, não representa mais o centro do sistema internacional e o capitalismo mundial se integra sob o comando de Nova Iorque e Washington. O bloco soviético se torna um pólo regional e reativo aos Estados Unidos, com este representando o tipo ideal fordista-Keynesiano. Vale ressaltar que, paralelamente, acontece um forte processo de descolonização no mundo.

2 Conceito criado na década de 1970, período em que Leonid Brejnev ocupou o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, PCUS, de 1977 a 1982 e a Presidência da URSS entre 1964 e 1982. A partir desse conceito, os grupos dirigentes dos Partidos Comunistas no poder expressavam a ideia de socialismo realmente existente ou socialismo realizado. Na linguagem política da época, esse conceito rivalizava com o de euro-comunismo, no qual se pretendia uma terceira via entre o modelo soviético e a socialdemocracia dos países pertencentes ao bloco socialista. A este respeito, ver texto artigo de Aldo Agosti registrado nas referências finais desse texto.

3 Modelo baseado na produção automobilística em massa, de Henry Ford. A proposição central do modelo está presente no seu método. Grosso modo, este consiste no aumento da eficiência e da produção para reduzir o preço de um produto. Por seu turno, o aumento de vendas do produto faz com que seu preço permaneça reduzido.

mostrou que a bipolaridade estava esgotada e outra ordem internacional surgia baseada em uma diversidade de interesses, sobretudo, no campo econômico. A Europa se integrava através dos tratados de Roma e, em janeiro de 1973, se compunha a Europa dos Nove. Segundo José Flávio Sombra Saraiva (2001, p. 73), a Europa dos Nove forneceu o núcleo de poder da União Européia, gestada duas décadas depois.

O Japão emerge como segunda economia mundial. O Estado japonês aproveita a presença estadunidense para elaborar seu projeto de inserção internacional que, discreto e eficiente, transcende sua condição de “arquipélago ocidental incrustado nas águas asiáticas” (SARAIVA, 2001, p. 81). Importante salientar que o primeiro-ministro Tanaka visita a China em setembro de 1972 e assina acordos de cooperação comercial e, em 1978, têm-se assinados tratados de paz e amizade entre Pequim e Tóquio.

China, Índia e Vietnã representam três outros importantes atores asiáticos no momento apreciado. A China se reinsere no sistema internacional, usando de sua importância econômica, demográfica e militar. Nesse sentido, em abril de 1971, os chineses apresentam uma nova política externa aproximando-se dos Estados Unidos e recusando a hegemonia soviética. Os resultados dessa política são sentidos com a visita de Nixon a Pequim em fevereiro de 1972 e de Pompidou em 1973. Com a entrada nas Nações Unidas e tendo assento permanente no Conselho de Segurança a partir de 26 de outubro de 1971, o Estado chinês dirige suas políticas para a África, América do Sul e Oriente Próximo, onde apóia a causa palestina.

A Índia apresenta relevância no jogo de poder internacional do período em função da sua população e pela tradição profissional das forças militares. Apesar de inclinada aos soviéticos, esse país tem autonomia relativa no jogo de poder e opta por não romper relações com o Ocidente. O Vietnã procura estender sua influência militar e política na região por meio de desafios dirigidos aos Estados Unidos e à China, com o objetivo de avançar seu poder para o sudeste asiático, mais precisamente o Camboja.

No âmbito da *Détente*, existe a “outra ponta do sistema internacional” que também se manifesta. O Terceiro Mundo reivindica participação mais ativa no sistema e, destarte, o faz por meio de unidade de interesses que une nações africanas e alguns países americanos e asiáticos. Eles procuram afirmar o conceito de Terceiro Mundo nas relações internacionais. Segundo Saraiva (2001, p. 82), nas primeiras sessões da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctda), reclama-se o fato da acumulação da riqueza mundial estar concentrada em poucos

países. As nações do Terceiro Mundo se esforçam pela formulação de uma agenda internacional que irrompa uma ordem econômica e política menos injusta.

Pode-se afirmar que as nações do Terceiro Mundo buscaram a realização de seus propósitos apesar de não lograrem. Entende-se o não sucesso na realização desses propósitos como consequência da concentração de grande número de países, com interesses particulares, prejudicando uma coesão estratégica entre eles. Outra dificuldade se deve à dependência desses Estados em relação aos centros hegemônicos. Contudo, as suas diplomacias perseveraram no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, conquistando a declaração e o programa de ação sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei).

Nesse contexto, a América do Sul guarda uma peculiaridade em sua inserção internacional no momento em tela, qual seja: a experiência da contradição estabelecida no par oposto autonomia e dependência. Autonomia na perspectiva de parcerias estabelecidas no âmbito da cooperação Sul-Sul com África e Ásia ou nos acordos com a Europa Ocidental e Japão. Neste caso, com a última nação atenuando a importância relativa dos Estados Unidos no eixo econômico e político dos acordos externos. Dependência, almejada pelos estadunidenses, no sentido de vincular a América do Sul ao tratado de Tlatelolco para a criação de uma zona livre de armas nucleares na parte sul do continente.

Por fim, tem-se o tema da crise econômica que aponta desconfianças com a viabilidade do capitalismo. A crise do sistema financeiro, que se dá a partir da não sustentabilidade do padrão monetário do dólar, provoca o aumento das taxas de juros internacionais e indica que a economia dos Estados Unidos perde em importância. Para as economias vinculadas à opção do endividamento externo, os prejuízos são enormes. O pagamento da dívida externa, contraídas na década de 1970, dos países da África, América do Sul e Ásia inviabiliza o desenvolvimento de seus projetos nacionais.

Outra faceta da crise econômica se dá com o petróleo. Neste caso, têm-se dois choques de preço. O primeiro em 1973 e o último em 1979. A crise mostra a vulnerabilidade de projetos de desenvolvimento, mas, por outro lado, reordena o sistema internacional. Países periféricos e produtores de petróleo, em particular os árabes, apresentam-se em bloco para reivindicar participação no planejamento das atividades econômicas em escala global. Além do que, a crise provoca agentes produtivos a economizar hidrocarbonetos e a pesquisar fontes alternativas.

Entende-se que a ideia de um sistema internacional multipolar, gestando nas três últimas décadas o século XX, resta apresentada. Pretende-se, a partir dessas considerações, refletirem com maior foco, o caso sul-americano para compreender como a agenda internacional que surge nesse período, ainda influencia o Estado colombiano na sua relação com a fronteira amazônica.

As fronteiras da Amazônia nos discursos políticos

A Amazônia é por excelência o lócus privilegiado para os direcionamentos dos discursos sobre fronteiras. Os grandes desafios fronteiriços parecem ser apenas da Amazônia e não de outras regiões brasileiras. O que chama então a atenção para os políticos tomarem como palavras de ordem questões fundamentais das fronteiras brasileiras? Há algum interesse geopolítico nos discursos dos parlamentares? As muitas indagações somente encontram respostas se analisados as falas de modo acurado, partindo-se da lógica de quem pronuncia, isto é, o parlamentar, representa um partido, um grupo, uma linha ideológica.

Turner (1920) afirmava que a fronteira é o lugar da barbárie. Tal ideia é retomada ainda hoje, porém com alguns retoques próprios ao tempo atual. Se observado o que diz Cavalcanti (2000) as fronteiras da Amazônia são regiões abandonadas, são “terras de ninguém” e por isso, são áreas sujeitas a inúmeros problemas delicados entre os quais o narcotráfico:

“O estado de abandono da região, os problemas específicos e quase sempre delicados que ocorrem na faixa de fronteira, cujos desdobramentos têm, não raro, efeitos sistêmicos, como é o caso, por exemplo, do narcotráfico, o interesse em estreitar as relações com os países vizinhos e a convicção de que a ausência do estado naqueles longínquos rincões do País implica risco de vê-los confundidos com ‘terra de ninguém’ são apenas algumas das razões que levam à constatação de que o projeto de desenvolvimento do País abrange um projeto específico de desenvolvimento da Amazônia” (CAVALCANTI, 2000, p. 43)

A falta de políticas públicas definidas para regiões de fronteiras é outro fator recorrente na oratória política, se a região não é desenvolvida foi por falta da execução de ações voltadas para desenvolvimento, assim a ausência de investimentos adequados deixam as áreas fronteiriças sujeitas a um crescimento desordenado, as conseqüências são extremamente prejudiciais a população soberania(CAVALCANTI, 2000, p. 05).

Quando se fala da Amazônia, ainda predomina nos discursos de que a região é imensa e despovoada. Nessa concepção inexistem a presença histórica das populações indígenas. Para fazer-se presente nas regiões inabitadas o Estado brasileiro

deve implantar programas dirigidos à faixa de fronteira, como foi o Calha Norte, tendo em vista o agravamento de certas tendências presentes na região da Amazônia brasileira, como por exemplo, a intensificação dos ilícitos.

E o desenvolvimento dessas regiões? Sugere o parlamentar:

Cresce, igualmente, as necessidades de vigilância e de proteção das populações da região diante de novos e perversos fenômenos sociais, bem como torna-se mais urgente a fixação de padrões de desenvolvimento que sejam socialmente justos e ecologicamente sustentáveis” (CAVALCANTI, 2000, p. 44).

Se ainda não houve atenção para as regiões de fronteiras foi apenas por “erro estratégico” ou falta de priorização, contudo, procura-se concentrar o desenvolvimento nessas regiões considerando os dados demográficos existentes. Os grandes problemas fronteiriços somente serão solucionados quando intensificar de ações governamentais nessas regiões e quando as forças armadas se fizerem presentes de modo permanente.

Botelho (2007) partidário das mesmas orientações ideológicas conservadoras da política brasileira, confirma os discursos de Cavalcanti (2000) e ressalta a necessidade inquestionável na região de um contingente militar proporcional às suas dimensões territoriais da Amazônia. Sem tal presença militar: “corre um sério risco de expansão das atividades ilegais, já observadas atualmente, como o crime organizado, o narcotráfico, o tráfico de pessoas e de espécimes animais e de nossa flora, entre outros”.

As fronteiras da Amazônia brasileira representam o estado de abandono a qual por muitos anos a região ficou e com isso são regiões extremamente vulneráveis às práticas inescrupulosas de guerrilheiros, narcotraficantes e outros. A fronteira, quase sempre aparece nos discursos como regiões problemáticas e quase não aparece a fronteira como o espaço das trocas culturais, dos intercâmbios, do turismo, do lazer etc. A fronteira não é o espaço da integração (COELHO, 1992), segundo os políticos da Amazônia analisados neste artigo. Predomina ainda uma visão de fronteira política, isto é, delimitadas pelos acordos entre os países. Desse modo: “Os cuidados no sentido de manter íntegro o território brasileiro naquela faixa de fronteira deveriam ser condizentes com o valor atribuído internacionalmente à região” (BOTELHO, 2007).

5.1. O perigo da fronteira do Brasil com a Colômbia na retórica discursiva

Partido de uma premissa universal de que toda fronteira é problemática muitos parlamentares, principalmente aqueles que tem a Amazônia como berço, constroem seus argumentos mirando apenas as perspectivas das dificuldades, esquecendo as estéticas dos povos, as trocas, intercâmbios e os “empréstimos culturais”.

Nessa perspectiva das fronteiras problemáticas não se nega a existência dos fatos ocorridos entre Brasil e Colômbia, pois marcados historicamente, foram acontecimentos que se estabeleceram nessa região, seja por ausência do Estado ou mesmo pela ineficiência da atuação das forças armadas e polícia federal. Entretanto, pergunta-se: os discursos parlamentares dos senadores brasileiros conseguem refletir com intensidade o que as realidades fronteiriças apresentam ou ficam apenas na “epiderme” da retórica sem uma radicalização aos problemas?

Sendo assim, sem a pretensão de esgotar o assunto destacam-se algumas falas de dois senadores sobre o que pensam da fronteira Brasil e Colômbia. Primeiramente oportuniza-se uma ampla exposição dos pronunciamentos de Cavalcante, pelos vários discursos realizados sobre o tema e também porque fez parte, como presidente, da Comissão de Fronteiras da Amazônia.

Para Cavalcanti (2000, p. 289) a Colômbia é o lócus “onde grupos guerrilheiros e de narcotraficantes têm posto em risco a imensa fronteira brasileira com aqueles países...”. A Colômbia, assim como outros países fronteiriços, tem como principais problemas a existência de narcotráfico, de guerrilha, contrabando de armas. Como agravante, nessas regiões fronteiriças, são despovoadas e por isso, têm como pano de fundo a criação de imensas “reservas”, que farão com que permaneçam despovoadas, à mercê de apenas do crescimento da população indígena. Neste caso, os indígenas não contam como os “guardiões das fronteiras”, suas presenças nessas regiões são nulas, é necessário povoar com sujeitos não-indígenas, para garantir segurança da fronteira.

A fronteira entre Colômbia e Brasil, abalada pela crise, mostra a vulnerabilidade da região pela extensão Amazônia, e que por isso fica totalmente desamparada e desguarnecida. (CAVALCANTI, 2000, p. 153). Não se pode escamotear o descaso das fronteiras, assim como outros problemas existentes na Amazônia, todavia o parlamentar faz um alerta:

“A fronteira entre Brasil e Colômbia tem mais de 1.600 quilômetros. É aberta. Uns poucos soldados, com equipamentos ultrapassados, fazem vigilância da região. Recentemente começaram a funcionar quatro radares do Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), mas a Força Aérea Brasileira não tem autorização para derrubar aviões intrusos. É tudo muito fácil naquele trecho. O tráfico de drogas encontra avenida pavimentada à sua frente.”. (CAVALCANTI, 2000, p. 194)

Até aqui, percebe-se, algumas questões dos discursos político podem ser interpretadas como ideológicas, como o despovoamento das fronteiras, os indígenas como inexistentes e insignificantes na “proteção das fronteiras” e a criação das “reservas” indígenas em áreas de fronteiras como risco a segurança nacional.

Outra situação presente nos dizeres do parlamentar quanto as fronteiras problemáticas entre Brasil e Colômbia diz respeito às organizações não-governamentais (ONGS), como problema seriíssimo, já que o Estado não se faz presente: “Essa imensa fronteira desguarnecida está hoje praticamente nas mãos dessas organizações não-governamentais...” (CAVALCANTI, 2000, p. 438). As Ongs podem por em risco a soberania nacional, já que destituídas de nacionalidade estão atreladas a organizações internacionais.

No discurso de NETO (2008) a problemática da fronteira do Brasil e Colômbia é afetado pela presença das FARC, pois a mesma “cometem atitudes hediondas ao praticarem seqüestros e – mais do que proteger traficantes – serem, elas próprias, agentes do tráfico internacional a partir das bases que conquistaram em território colombiano”. (NETO, 2008, p. 05).

Considerações Finais

O discurso conservador apresentado pelos parlamentares reverberam concepções comuns de atores políticos da Amazônia, tais pronunciamentos descaracterizam o indígena de sua condição de brasileiro, percebe-se com isso pela inexistência, no discurso, da presença desses povos nas regiões de fronteiras.

O indígena, quando aparece nos discursos, é inimigo potencial, associado às Ongs representam um perigo para a soberania nacional. A presença das forças militares é, por excelência, a condição fundamental do Estado fazer-se presente nas regiões fronteiriças garantindo a preservação do território, isso nos discursos dos parlamentares.

Neste contexto a relação do Brasil e Colômbia é sempre problemática. Não existe nas falas dos parlamentares a cogitação da cooperação entre os dois países para a realização de ações em conjunto seja nas áreas militares, econômicas, educacionais.

Conclui-se que é fundamental aprofundar os estudos sobre os discursos políticos sobre áreas de fronteiras a partir das perspectivas analisadas.

Mais do que ver as fronteiras como problemáticas, pode-se entender como o espaço das cooperações, das trocas simbólicas, dos empréstimos culturais e da presença humana em suas diversidades.

Referências Bibliográficas

AGOSTI, Aldo. O socialismo real: um balanço. Revista de História, São Paulo, n. 148, jul. 2003. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092003000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 dez. 2012.

AUGUSTO Botelho: tráfico de armas e de drogas preocupa Roraima. Disponível em: http://www.senado.gov.br/senadores/senador/augustobotelho/detalha_noticias.asp?data=18/12/2007&codigo=35632. Acessado em: 10 out. 2012

CAVALCANTI, M. Discursos 1999/2000. Senado Federal: Brasília-DF, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NETO, A.V. Pronunciamentos – 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/ArthurVirgilio/discurso.asp?codigo=578>. Acesso em: 28 nov. 2012.

PINTO COELHO, Pedro Motta. Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.

SARAIVA, José Flavio Sombra. “Détente, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969-1979)” In Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001, Vol. 1

TURNER, F. J. The Frontier in American History. N. York, Henry Holt, 1920.

VISENTINE, Paulo G. Fagundes.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História do mundo contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2008.